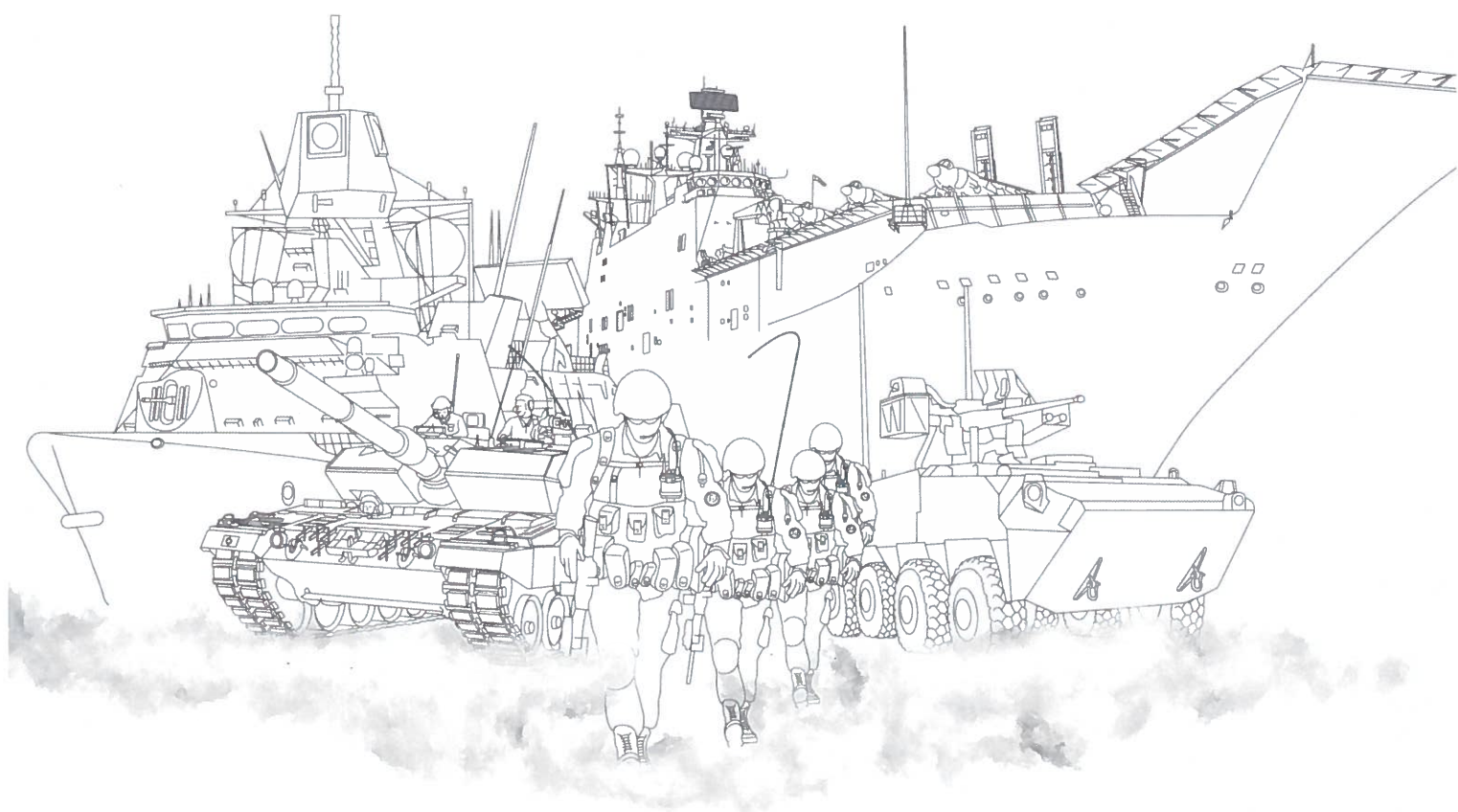




## Relatório e Contas 2018/2019





## **Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**

Rua Quinta dos Medronheiros, Lazarim,  
2820-486 Charneca da Caparica  
Número único de matrícula 501 400 699  
Capital social realizado €1.100.000

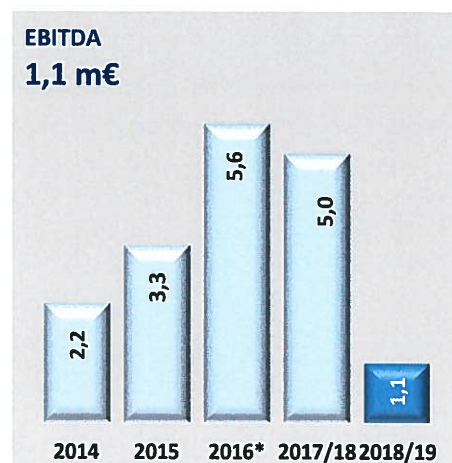
No cumprimento das disposições legais e regulamentares, o Conselho de Administração da EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A. apresenta o seu Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2018/2019



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Linhas de Produtos e Competências	5
Análise Económico-Financeira	7
A actividade da empresa	9
Proposta de Aplicação de Resultados	14
Declarações Legais	14
Considerações Finais	15
Documentos Financeiros	16
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	



Visite o site [www.eid.pt](http://www.eid.pt) para acompanhar todas as notícias da empresa



\* Período de 16 meses de Janeiro de 2016 a Abril de 2017

- As vendas no exercício ascenderam a **€13,2** milhões
- Os mercados externos representaram **60%** do volume de negócios
- A captação de novas encomendas cifrou-se em **€19,7** milhões, dos quais **70%** respeitam ao mercado externo
- No final do ano, o valor das encomendas em carteira era de **€29,7** milhões
- Os Resultados antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) foram de cerca de **€1** milhão, bastante inferiores ao dos anos anteriores, pelas razões que adiante se referirão
- Os resultados líquidos foram de **€1,5** milhões, o que representa um lucro por ação de **€6,7**
- As disponibilidades de caixa a 30 de Abril de 2019 eram de **€2,4** milhões







A EID enfrentou grandes desafios operacionais no exercício, registando um volume de negócios de €13,2m e um EBITDA de €1,1m (2017/18: €21,6m e €5,0m respectivamente). O desempenho ficou abaixo das expectativas existentes no início do ano. Os principais factores que para tal contribuíram foram os atrasos na adjudicação de encomendas de rádios e de sistemas de intercomunicação veicular, bem como alterações à calendarização de entregas no âmbito de programas de comunicações navais. Como previsto, a EID registou uma saída acentuada de fundos no ano, resultado do incremento do capital circulante motivado pela execução de uma grande encomenda de exportação. As disponibilidades de caixa a 30 de Abril de 2019 eram de €2,4m (2018: €9,6m).

Apesar dos atrasos na concretização de algumas oportunidades importantes, a entrada de encomendas foi de €19,7m, mais do dobro da verificada no ano transacto (2017/18: €9,5m). Uma carteira de encomendas no final do exercício de €29,7m (2017/18: €21,4m), juntamente com algumas boas oportunidades a curto prazo, fazem-nos acreditar que no ano que temos pela frente o desempenho da EID apresentará uma melhoria muito significativa.

Ao longo do último ano, a EID investiu no desenvolvimento de um novo sistema de intercomunicação veicular, baseado numa arquitectura redundante e incorporando tecnologias avançadas. Trata-se de uma solução cujas capacidades poucos sistemas concorrentes alcançam, tendo a vantagem de ser altamente competitivo em termos da

relação custo-benefício.

A EID em conjunto com as outras quatro empresas do Grupo Cohort plc irá participar na feira DSEI, em Setembro de 2019, em Londres. Este evento irá proporcionar uma oportunidade a muitos clientes internacionais de conhecer o novo sistema de intercomunicação veicular acima referido, outros produtos da EID e ainda os gestores da empresa.

A EID esteve envolvida em diversas actividades em que participaram também outras empresas do Grupo Cohort. António Marcos Lopes e eu próprio visitámos a Malásia, Indonésia, Tailândia e as Filipinas, em Novembro de 2018, conjuntamente com os Presidentes Executivos das empresas MASS e SEA. Tivemos reuniões com clientes existentes e potenciais, tendo apresentado toda a gama de capacidades da EID e do Grupo Cohort a grandes grupos de utilizadores das Forças Armadas e dos Ministérios da Defesa de cada um desses países. Está planeada uma visita à Austrália, em Novembro deste ano, com fins idênticos. A EID tem estado a trabalhar de perto com a SEA para desenvolver uma nova solução de comunicações para as fragatas *Type 31* da *Royal Navy*. A EID apoiou também a SEA no planeamento dos ensaios do sonar *Krait array* a realizar com a Marinha Portuguesa, que terão lugar em Setembro de 2019.

A busca de uma solução para as instalações da EID foi uma das grandes preocupações da Administração da EID no ano que passou. Embora ainda adequadas às operações da empresa, as actuais instalações estão envelhecidas, têm elevados custos de manutenção e não

são consistentes com a imagem de modernidade e de alta tecnologia que se pretende transmitir aos clientes e colaboradores. Após alguns contactos com o proprietário, a renovação das instalações não parece ser a opção mais atractiva, pelo que a EID tem procurado alternativas quer através da remodelação de edifícios existentes, quer da adopção de instalações novas, a construir. Esperamos que, no próximo ano, possamos ser bem sucedidos neste aspecto.

Ao longo do ano, a administração e os colaboradores da EID continuaram a desenvolver os seus melhores esforços para o progresso da empresa, por vezes em circunstâncias difíceis. Como resultado do seu esforço a EID manteve-se rentável e está numa posição muito mais forte para 2019/20. Em nome dos Accionistas da empresa, gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer as suas capacidades, dedicação e profissionalismo.

**Andrew Stephen Thomis**

*Presidente do Conselho de Administração*

A EID desenvolveu, desde a sua fundação, um vasto leque de produtos e sistemas, inovadores e tecnologicamente evoluídos, que tem vindo a comercializar em todo o mundo. Destacam-se, entre outros:

### Rádios pessoais

Os rádios TWH-100 (2,4GHz, 400mW) e da recentemente introduzida, e de maior alcance, família TWH-110 (400MHz, 1W) constituem uma componente fundamental do sistema de comunicações do soldado. Para além da ligação áudio ponto a ponto ou em conferência entre utilizadores, estes equipamentos proporcionam comunicações de dados, informação sobre o posicionamento GPS e alarmes originados em sensores externos dos rádios presentes na rede. Um mecanismo de *'store and forward'* permite uma extensão do alcance do rádio.



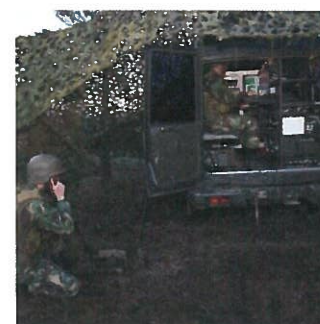
### Sistemas de intercomunicação para viaturas militares

Estes sistemas permitem dotar a tripulação das viaturas - de veículos de transporte de pessoal até carros de combate - com capacidades de comunicação quer interna quer externa, esta através dos rádios instalados a bordo. Estão disponíveis dois modelos: o ICC-201, com elevado grau de funcionalidade e o ICC-251, mais simples e competitivo, dirigido a um segmento de mercado menos complexo, mas que mantém as funções de comunicação de voz e dados e cancelamento de ruído. Estes sistemas equipam já mais de 4200 viaturas de forças armadas de vários continentes.



### Equipamento de comunicações de campanha

Neste capítulo cabem as centrais telefónicas de campanha CD-116 e os telefones BLC-201. Estes telefones permitem comunicação por par de fios a longa distância (algumas dezenas de quilómetros). Quanto às centrais trata-se de equipamento de comutação de voz e dados, proporcionando interfaces para a rede pública, equipamento de rádio e de micro-ondas, redes e telefones IP, tendo já sido fornecidas mais de 700 centrais e 12.000 telefones para 13 países.



### Sistemas integrados de comando e controlo de comunicações

Os sistemas integrados de controlo de comunicações para navios de guerra - SICC – foram já instalados em mais de 145 navios de 12 marinhas diferentes. Permitem a comunicação interna entre os tripulantes e o acesso às comunicações externas, via rádio, cumprindo todas as normas de segurança. A mais recente versão destes sistemas (a sexta), baseada em tecnologia IP, está já operacional a bordo de fragatas da Marinha Holandesa, Belga e Portuguesa e também nos navios patrulha da classe Tejo.





## Mensagens militares

A experiência da EID em sistemas de mensagens militares remonta à década de 80 do século passado, quando forneceu o primeiro sistema à Marinha Portuguesa. Entretanto a EID desenvolveu e forneceu uma grande variedade de soluções a forças armadas de vários países. A geração mais recente, o MMHS (*Military Message Handling System*), cumpre o standard NATO 4406, e destina-se a aplicações tanto tácticas como estratégicas.



## Engenharia de sistemas

A integração de sistemas complexos, quer terrestres, quer embarcados, é uma especialidade da EID, em que detém vasta experiência. Esta capacidade requer o domínio de uma grande variedade de disciplinas da engenharia, tais como o planeamento de redes de comunicações, a definição de campos de antenas, a interferência e compatibilidade electromagnéticas, o desenho mecânico, a protecção dos equipamentos contra ambientes agressivos e muitas outras.



## CAD/CAM, teste e industrialização

As equipas de desenvolvimento contam com o apoio de outros departamentos da empresa: o gabinete de desenho assistido por computador (CAD/CAM); a engenharia de teste, que cria as ferramentas necessárias para testar exaustiva e eficientemente os diversos componentes e sub-conjuntos até à fase de produto final e ainda a engenharia industrial, que se encarrega de assegurar a transição da fase de protótipo para a de produção em série.



## Produção

Tendo por base elevados padrões de qualidade e uma rápida implementação das soluções por si desenvolvidas, a EID tem a sua própria unidade de produção, equipada com uma moderna linha de montagem automática, sofisticados meios de teste e de inspecção, os quais são objecto de contínua modernização.



O valor das encomendas registadas no exercício foi de €19,7m, valor substancialmente superior ao verificado no ano anterior. As encomendas provenientes do mercado externo voltaram a exceder largamente as do mercado nacional.

O contributo de cada uma das áreas de negócio da empresa para o valor global foi o seguinte:

	k€
Comunicações navais	1.625
Comunicações tácticas	16.854
Comunicações de campanha	1.199
	19.678

Os contratos de fornecimento mais relevantes, firmados no decurso do exercício, foram os seguintes:

- Sistemas de comunicação veicular para os Exércitos do Egipto e da Indonésia;
- Equipamento de comunicações e acessórios para equipar as VTLB (Viaturas Tácticas Ligeiras Blindadas 4x4) encomendadas pelo Exército Português a um fabricante espanhol
- Equipamento de rádio de banda larga para o Exército Português
- Equipamento de comunicações de campanha para a Austrália, Bangladesh e Canadá.

Globalmente, as encomendas oriundas dos mercados do Médio Oriente tiveram um peso superior a 50%. Para além destes mercados, destacou-se

sobretudo o europeu, incluindo Portugal.

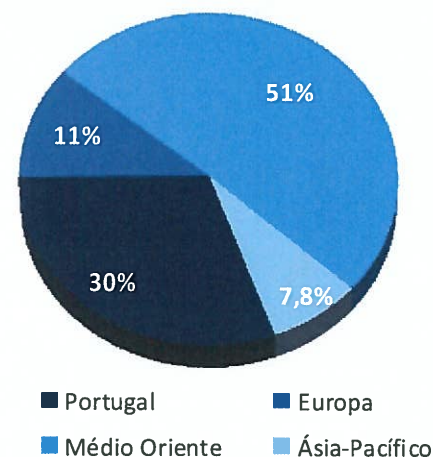
O valor da carteira de encomendas a 30 de Abril de 2019 ascendia a €29,7 milhões.

Pelo que ficou dito, conclui-se que a posição da EID no mercado internacional, nas áreas da sua especialidade, se tem mantido. Por um lado, apostamos na fidelização dos clientes que têm vindo, ao longo dos anos, a adquirir os produtos da EID, e a quem procuramos prestar um serviço de qualidade e excelência. Por outro, continuamos a investir fortemente na conquista de novos mercados, nos cinco continentes.

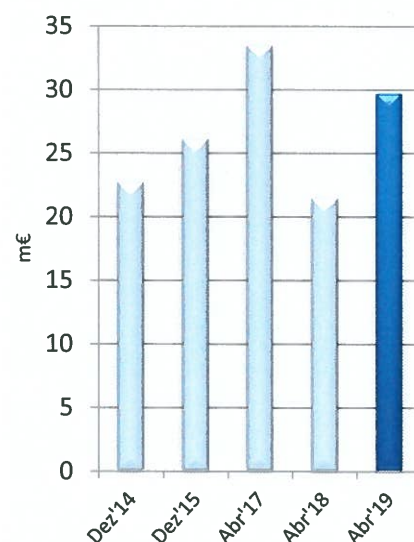
Aos dias de hoje a empresa está presente em mais de 30 países.

A captação de novas encomendas ascendeu a €19,7m, cerca de €10m acima do valor registado no ano transacto.

### Encomendas por mercado



### Evolução da carteira de encomendas





O valor das Vendas e Prestações de Serviços cifrou-se em €13,2m, um valor consideravelmente inferior ao habitual. Tal deveu-se ao atraso com que ocorreram encomendas de sistemas de comunicação veicular e de rádios, bem como o replaneamento de alguns projectos na área das comunicações navais. Esta situação será contudo recuperada no próximo exercício, sendo que uma parte substancial o será no primeiro trimestre.

O sector de comunicações navais foi o que mais contribuiu para o volume de negócios global (€7,5m), seguido pelas comunicações tácticas (€4,6m) e pelos equipamentos de comunicações de campanha (€1 milhão).

	k€
Comunicações Navais	7.528
Comunicações Tácticas	4.624
Comunicações de Campanha	1.018

13.171

As vendas no mercado externo representaram 60% do volume de negócios. As exportações para o mercado europeu (47%) e da região Ásia-Pacífico (12%) foram as que se revestiram de maior importância.

Os Resultados antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) ascenderam a €1,1 milhões. A margem EBITDA é ligeiramente superior a 8% das vendas, dentro da média apresentada pelas empresas do sector. Quanto aos Resultados antes de Impostos, ascenderam a €1 milhão. Já o Resultado Líquido foi de €1,5 milhões, graças a um benefício fiscal concedido à empresa no âmbito do programa SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial). O Valor Acrescentado Bruto foi de €7,1 milhões, o que representa cerca de 54% do valor das vendas no período.

Os fluxos de caixa das actividades operacionais foram negativos, no montante de €3,5 milhões, consequência da não concretização no exercício dos fornecimentos previstos no âmbito de um dos contratos acima referido.

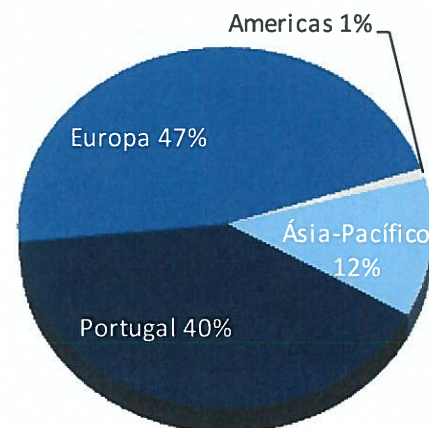
Em suma, a situação financeira da EID em 30 de Abril de 2019, permanece francamente positiva. Como aspectos mais relevantes, salientamos o seguinte:

- o total do Activo é de €15,7 milhões;
- o Capital Próprio é de €9,1 milhões, o que traduz uma Autonomia Financeira de 58%;
- o Passivo no final do período ascendia a €6,6 milhões, tendo-se verificado uma redução de 12% em relação ao exercício anterior, sobretudo devido à rubrica de Acréscimos e Diferimentos;
- o Rácio de Solvabilidade situa-se em 1,4 e o Rácio de Endividamento subiu ligeiramente de 0,62 para 0,72;
- o Fundo de Maneio diminuiu de €12 milhões para cerca de €9 milhões;
- o rácio de Liquidez geral diminuiu para 2,5 no final do exercício.

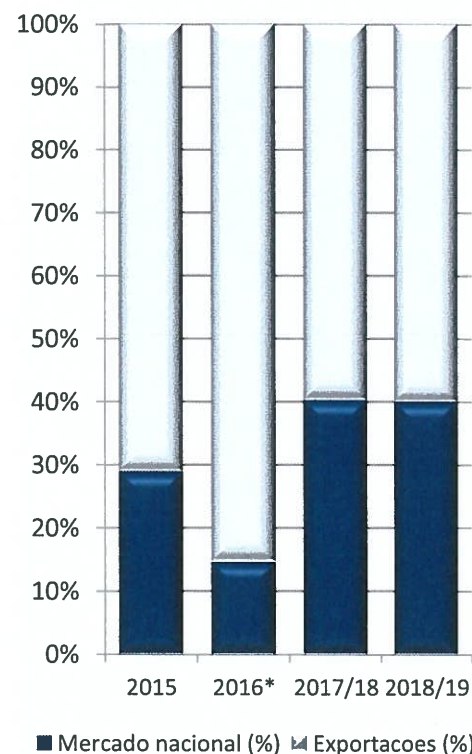
Verifica-se que os diversos indicadores se mantêm a bom nível, resultado de uma gestão criteriosa, apostada na diversificação geográfica de mercados e no permanente esforço de I&D com o objectivo de assegurar a sustentabilidade da empresa no médio e longo prazo.

As exportações representaram, no exercício, 60% do volume de negócios. As vendas no mercado nacional mantiveram a mesma dimensão relativa verificada no ano transacto.

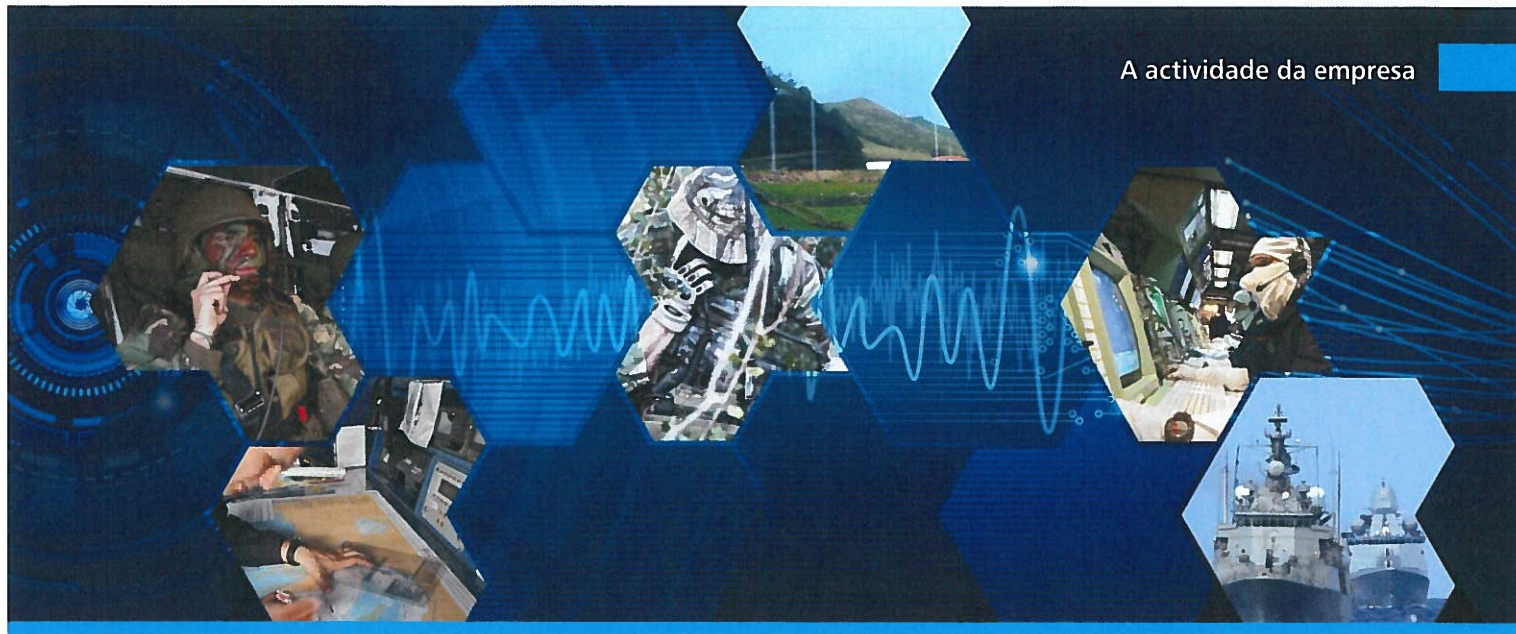
Distribuição geográfica das vendas



Mercado nacional vs exportações



\* Período de Janeiro de 2016 a Abril de 2017



### Comunicações Navais

As vendas da área de negócios de comunicações navais cifraram-se em €7,5 milhões, dos quais 57% se referem a exportações para a Europa e para países da região Ásia-Pacífico.

A captação de encomendas registou o valor de €1,6 milhões, com predominância do mercado europeu (excluindo Portugal), responsável por 70% daquele valor. Deste ponto de vista, tratou-se de um ano atípico, dado o reduzido valor das novas encomendas, que na sua maioria foram relativas a modificações de sistemas já fornecidos, em curso de fornecimento e de sobresselentes.

A actividade do período focou-se fundamentalmente na execução dos contratos em curso, sendo de salientar: as provas de aceitação final do sistema destinado à *Woomera Test Range*, da Força Aérea Australiana; a entrega do ICCS da fragata *Leopold I* à Marinha Belga; as provas de recepção em fábrica do ICCS para a fragata *Louise Marie*, também da Marinha da Bélgica; a entrega dos sistemas de comunicações do *NRP Sines* e do *NRP Setúbal*; a entrega dos sistemas de comunicações de 2 navios patrulha da classe Tejo e as provas de recepção em fábrica do ICCS para o segundo de dois navios de reabastecimento para a Marinha Real Australiana.

No campo do apoio logístico, a EID prestou regularmente serviços de manutenção, formação e fornecimento de sobresselentes às marinhas portuguesa, espanhola, holandesa, inglesa, brasileira e australiana.

### Comunicações de campanha

O negócio das comunicações de campanha tem-se mantido estável, embora com algum decréscimo relativamente ao ano anterior. A EID conta com clientes desta linha de produtos numa diversidade de países, de que se destacam: Egipto, Bahrain, Emirados Árabes Unidos, Bangladesh, Malásia, Austrália, Arábia Saudita e, mais recentemente, o Canadá.

As vendas de sistemas de comunicações de campanha ascenderam, no exercício, a €1 milhão, sendo de salientar que se trataram de negócios concretizados integralmente no mercado externo.

As encomendas captadas no período totalizaram €1,2 milhões.

A fragata belga *Leopold I* já navega com o ICCS6 a bordo, em pleno funcionamento.



Foram entregues os sistemas de comunicações dos dois navios de patrulha oceânica *Sines* e *Setúbal*, os últimos de uma primeira série de 4.



A EID entregou o ICCS para o segundo AOR (*Auxiliary Oiler Replenishment*) da Marinha Real Australiana.





## Comunicações Tácticas

Esta designação abrange:

- a) Sistemas de comunicações para veículos militares e postos de comando
- b) Comunicações de proximidade com recurso a rádios pessoais
- c) Comunicações via rádio de médio e longo alcance

O volume de negócios deste sector foi de €4,6 milhões, dos quais 62% foram concretizados no mercado externo. No período foram angariadas encomendas no valor de 16,92 milhões de euros.

Da actividade do exercício sublinha-se o fornecimento de sistemas de intercomunicação para a Malásia e Indonésia; a incorporação de novas funcionalidades no sistema BRASS dos Açores; a entrega de rádios GRC-525 e acessórios ao Exército Português e a entrega de 50 sistemas destinados às Viaturas Tácticas Ligeiras em fabricação em Espanha.

De referir que o desenvolvimento da unidade base da nova geração de sistemas de intercomunicação ficou concluída

A actividade no âmbito do rádio pessoal TWH incluiu fornecimentos para a Malásia, Suíça e Força Aérea Portuguesa. O bom posicionamento do produto face aos programas 'soldado do futuro', em desenvolvimento um pouco por todo o mundo, contribuirá certamente para um incremento significativo das vendas desta linha de produtos.

Do ponto de vista do desenvolvimento de negócios, intensificaram-se os esforços conducentes não só à consolidação dos mercados actuais como ao alargamento a novas geografias, como sejam o Kuwait, Arábia Saudita e Bangladesh.

No âmbito das Comemorações do Dia do Exército que decorreram em Guimarães, de 20 a 28 de Outubro de 2018 foram atribuídos certificados "Army Tested" aos sistemas de intercomunicação veiculares e ao rádio GRC-525 e diplomas "Combat Proven", ao sistema de intercomunicação ICC-201 e também ao rádio GRC-525. De sublinhar que foi a primeira vez que os certificados "Combat Proven" foram atribuídos pelo Exército, tendo a EID sido a única empresa distinguida com este tipo de certificado.

As actividades de apoio logístico incluíram os contratos de manutenção dos VTS portuários, do sistema MMHS das Forças Armadas nacionais e da infraestrutura de comunicações da Armada Portuguesa, bem como o fornecimento de sobresselentes.

## Sistemas de informação e Segurança informática

A capacidade de detecção e de resposta a incidentes foi melhorada, através da instalação e configuração de um servidor onde é monitorizado o estado de funcionamento e a segurança de todos os servidores sob administração do Departamento de Sistemas de Informação, com notificações e correcções automáticas.

Para melhorar a capacidade de resposta do serviço de HelpDesk e da Intranet (EIDNet) foi criado um novo portal, que permite fazer a gestão dos pedidos de intervenção bem como o inventário de todo o hardware e software e respectivos utilizadores e a gestão da documentação do Arquivo.

Foram integradas as bases de dados da EIDNet e da Active Directory e feita a sua ligação ao directório da Cohort.

Foi criada na EIDNet uma página de sensibilização para a segurança da informação e elaborados documentos orientadores da utilização de dispositivos de armazenamento amovível. O Manual do Utilizador do Sistema Informático foi totalmente reformulado. Foram também elaborados Planos de Resposta a Incidentes e um Guia para Manutenção Preventiva.

Foi feita a adaptação do website no sentido de o compatibilizar com o RGPD, actualizado o código para suportar aplicações mais recentes e criado um servidor alternativo.

## Política de Privacidade

Os documentos e procedimentos internos, com vista ao cumprimento do Regulamento Geral de Protecção de Dados, nomeadamente a Política de Privacidade da empresa, entraram em vigor no início do exercício, estando publicados no website e na intranet da empresa.

O novo modelo de rádio pessoal (400MHz, 1W), que complementa a família TWH e já desenvolvido, será lançado no próximo ano.



A EID irá fornecer equipamento de comunicações e acessórios para 139 Viaturas Tácticas Ligeiras Blindadas 4x4 encomendadas pelo Exército Português



A EID foi distinguida pelo Exército Português com certificados "Army Tested" e "Combat Proven" relativos a alguns dos seus produtos de comunicações tácticas



## Qualidade

O processo de alinhamento do Sistema de Gestão de Qualidade com os referenciais ISO 9001:2015 e AQAP 2110 Ed. D ficou concluído. Na sequência das auditorias externas realizadas pela APCER e pela Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional foi consumada a transição para esses novos referenciais.

Demos continuidade ao ciclo de planeamento dos objectivos da qualidade, de monitorização dos processos, de avaliação da satisfação do Cliente, de avaliação dos fornecedores, de auditoria interna e de revisão do Sistema de Gestão da Qualidade. Desenvolveram-se as acções definidas em resposta à análise do contexto organizacional e aos riscos e oportunidades identificados.

Entrou em funcionamento uma aplicação criada internamente que, em articulação com a leitura por código de barras, permite centralizar e tratar automaticamente os dados do teste na produção, facilita as análises de causas e de tendências e a consequente tomada de acções correctivas ao nível do processo e do produto. Também na área da produção foi adquirida uma segunda câmara climática, que expandiu a capacidade de incrementar a fiabilidade do produto entregue a cliente através do seu envelhecimento acelerado e da precipitação em fábrica de avarias infantis.

Os negócios foram apoiados nas matérias relacionadas com a Qualidade no âmbito da preparação de Propostas, na elaboração dos Planos da Qualidade, Planos de Gestão do Risco e Planos de Operações e Controlo, na realização de Auditorias da Configuração Funcional e Física e no acompanhamento da produção para os contratos mais importantes..

## Higiene e Segurança no Trabalho

Foi assegurada a continuidade do programa de gestão de riscos na área da Higiene e Segurança no Trabalho (HST), o que se traduziu na manutenção do Plano de Gestão dos Riscos e no seguimento das medidas aí definidas.

Na vertente da garantia das condições dos locais de trabalho foi efectuada a

monitorização dos agentes de risco, nomeadamente o controlo da qualidade do ar e dos níveis de iluminação nos postos de trabalho, tendo sido confirmado o cumprimento dos valores recomendados.

Relativamente à formação no âmbito da HST, os técnicos que realizam trabalhos em altura frequentaram uma acção de reciclagem de conhecimentos, tendo sido também incluídos novos elementos no sentido de assegurar a continuidade do serviço.

Na perspectiva de prevenção dos riscos todos os novos colaboradores, durante a fase de acolhimento, frequentaram uma acção de sensibilização sobre os riscos associados à função que irão desempenhar, bem como sobre os procedimentos gerais de emergência.

As actividades de rotina incluíram o acompanhamento das obrigações legais na área da HST e a manutenção da operacionalidade dos equipamentos de segurança.

## Asia-Pacific Regional Office

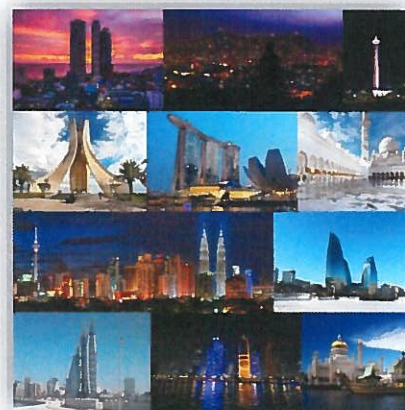
Na sequência da divulgação das soluções da EID que a delegação em Jakarta vem realizando, a Marinha Tailandesa juntou-se ao grupo de utilizadores das Comunicações de Campanha, e a Marinha da Indonésia utilizará pela primeira vez rádios pessoais TWH nos seus navios.

A delegação participou nas feiras Indodefence 2018 (Jakarta, Indonésia), ADAS 2018 (Manila, Filipinas) e LIMA 2019 (Langkawi, Malásia) e, no final de 2018 integrou a digressão da delegação do grupo Cohort pela Malásia, Indonésia, Tailândia e Filipinas.

O Sistema de Gestão da Qualidade da EID foi objecto de auditorias externas para renovação das certificações segundo as Normas ISO 9001:2015 e AQAP 2110D.



A delegação da EID em Jakarta tem vindo a detectar oportunidades de negócio tanto na Indonésia como em países da região, como sejam a Tailândia, Filipinas, Austrália e Nova Zelândia.





## Eventos Relevantes

Dando continuidade ao crescente esforço e preocupação com a internacionalização a EID participou activamente nos seguintes eventos:



Durante o exercício, tiveram lugar actividades de relevo, de que se destacam:

- Comemoração dos 35 anos da EID, em 21 de Junho de 2018;
- Atribuição das qualificações de *Army Tested* e *Combat Proven* pelo Exército Português, em 20 de Outubro de 2018;
- Visita do Adido de Defesa do Egipto, Coronel Abdelmohsen Hassan, em 16 de Janeiro de 2019;
- Visita de S. Exa. o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Jorge Novo Palma, em 28 Fevereiro de 2019;
- Visita de S. Exa. a Presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros, em 7 de Março de 2019.

## Formação e Recursos Humanos

A forte componente tecnológica da actividade da EID, que implica necessidades intensivas de investigação e desenvolvimento, requer que a empresa assuma o capital humano como um factor decisivo para assegurar a inovação e o desenvolvimento de novos produtos, tecnologicamente evoluídos e capazes de competir nos exigentes mercados em que actua.

Assim, no decurso do exercício foram admitidos 13 colaboradores, para reforço das áreas de engenharia, das equipas de produção e logística e do departamento comercial, em resultado de um acréscimo significativo de produção, decorrente da concretização de diversos contratos de fornecimento de equipamentos e sistemas de comunicações militares, como já referido neste relatório.

Por outro lado, tiveram lugar 18 demissões, quer por caducidade dos contratos de trabalho, quer por iniciativa do trabalhador quer por reforma.

A empresa continua a apostar na formação contínua dos seus activos através da formação em sala e on-the-job para reforço e actualização das suas

competências técnicas. Continua a ser prática corrente o acolhimento de jovens para a realização de estágios curriculares e profissionais, no sentido de adquirirem experiência prática em contexto empresarial e melhorar a inserção na vida activa.

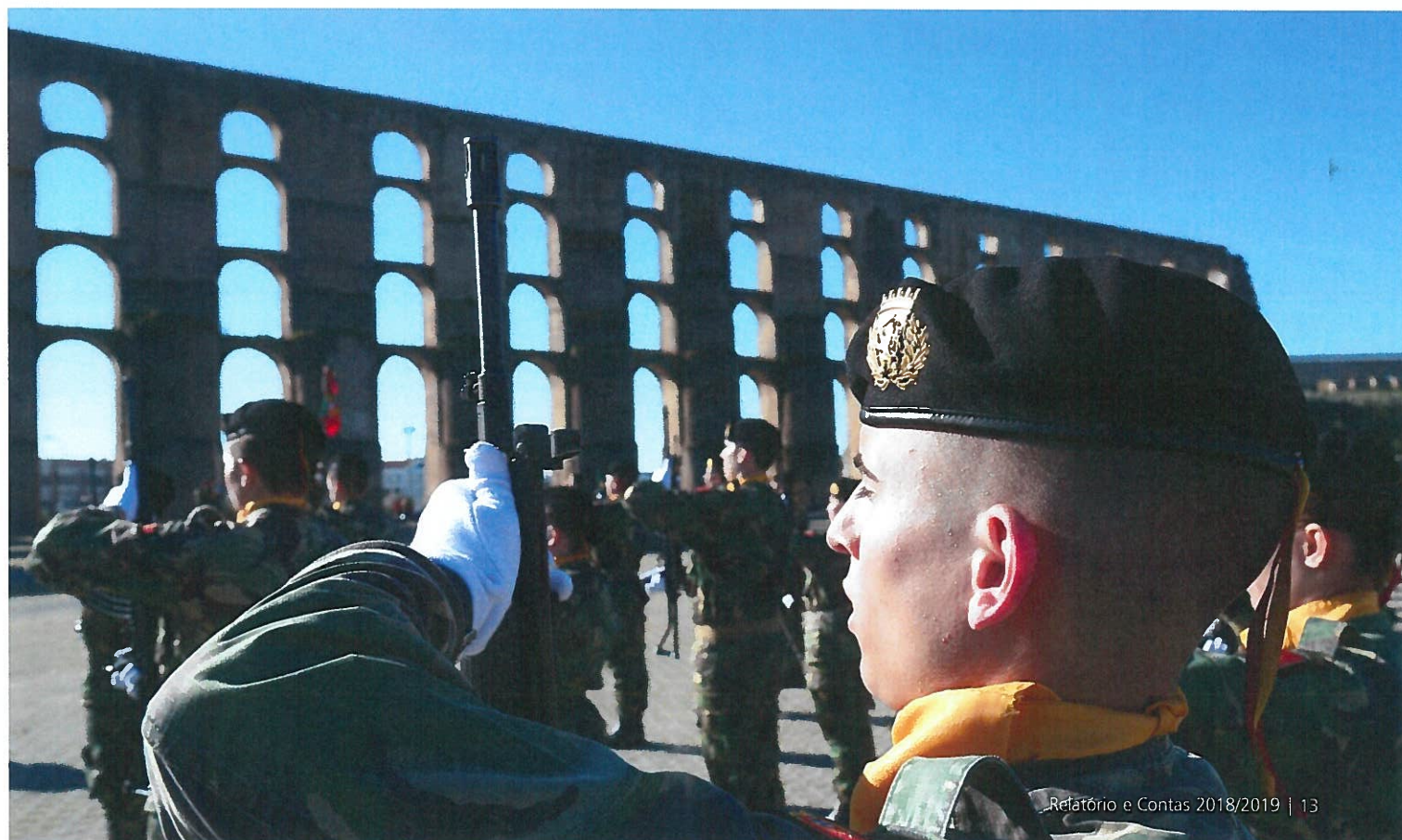
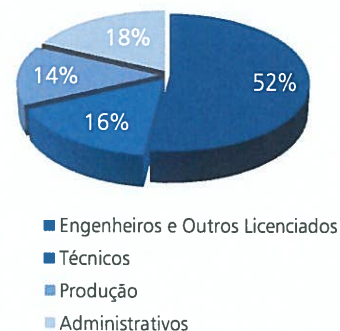
Ainda no contexto da formação profissional foram ministradas 40 acções de formação em diversas áreas, num total de 9.578 horas. Essas acções abrangeram 49 colaboradores, dos quais 27% beneficiaram de mais de 35 horas de formação.

Registe-se que o absentismo foi de 2,82% e que o número médio de trabalhadores no período foi de 137.

No que respeita ao treino e formação profissional, 27% dos trabalhadores tiveram mais de 35 horas de formação.

Foram ministrados 40 cursos, num total de 9.578 horas, tendo abrangido 49 colaboradores da empresa

**Distribuição dos recursos humanos segundo a especialização profissional**





## Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante de €1.468.409,16 (um milhão quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e nove euros e dezasseis cêntimos) seja distribuído a título de dividendos.

## Declarações Legais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a) até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que não se encontrem reflectidos nas demonstrações financeiras;
- b) nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora à Segurança Social.





O desempenho económico e financeiro da empresa foi algo inferior ao dos últimos anos, pelas razões já sobejamente referidas neste relatório. Pese embora um decréscimo acentuado do volume de negócios relativamente ao exercício anterior, os resultados líquidos foram francamente positivos. Já a captação de encomendas excedeu largamente o valor registado no ano transacto. Em consequência, perspectiva-se para 2019/2020 uma significativa melhoria do desempenho da empresa, melhoria essa suportada fortemente nas exportações, à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos. O mercado doméstico manteve-se a excelente nível, representando 40% das vendas e das prestações de serviços.

A empresa está determinada em reforçar a sua presença nos mercados internacionais, cada vez mais exigentes e competitivos. A aposta na inovação e nas novas tecnologias é também um

factor crítico de sucesso, pelo que a EID continua a alocar significativos recursos técnicos e financeiros ao desenvolvimento, lançamento e promoção de novos produtos, bem como à evolução tecnológica e funcional da sua oferta global.

Desta forma, o Conselho de Administração manifesta aos Senhores Accionistas a sua confiança no futuro da EID, alicerçada na concretização de um projecto coerente, ambicioso e plausível que contará com o seu total empenhamento.

Para terminar, o Conselho de Administração expressa mais uma vez o seu agradecimento:

- aos Clientes da EID, nacionais e estrangeiros, pela confiança que em nós e nas nossas capacidades têm depositado, traduzida pela aposta continuada na adopção dos nossos produtos e soluções;
- ao Ministério da Defesa Nacional e

às Forças Armadas Portuguesas, cujo apoio inextinguível se tem revelado fundamental para desenvolver e consolidar o prestígio e projecção da EID, a nível internacional;

- aos nossos Parceiros e Fornecedores, pelo excelente espírito de cooperação que evidenciaram;
- aos Senhores Accionistas, pelo continuado apoio que nos vêm manifestando; e
- aos Colaboradores da empresa, pelo esforço e dedicação demonstrados.

Lazarim, 25 de Junho de 2019

### O Conselho de Administração

Andrew Stephen Thomis  
Presidente

António Sérgio Feliz Marcos Lopes  
Presidente Executivo

Venâncio Jorge Pereira da Silva Brites Lebre  
Administrador Financeiro

Simon Robert Walther  
Vogal

Luís Macieira Fragoso  
Vogal





## Documentos Financeiros

## **Demonstrações Financeiras do Período 2018/2019 da EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**

### **ÍNDICE**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE ABRIL DE 2019 .....	19
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 30 DE ABRIL DE 2019 .....	20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO INTEGRAL EM 30 DE ABRIL DE 2019 .....	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE ABRIL DE 2018.....	22
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE ABRIL DE 2019 .....	23
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE ABRIL DE 2019.....	24
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	25
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....	26
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	26
3. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS .....	27
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	31
5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS .....	47
6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....	47
7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	49
8. ATIVOS INTANGÍVEIS .....	50
9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....	52
10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER .....	52
11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	52
12. INVENTÁRIOS .....	54
13. CLIENTES .....	55
14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	56
15. DIFERIMENTOS.....	57
16. CAPITAL REALIZADO .....	57
17. PRÉMIOS DE EMISSÃO.....	57
18. RESERVAS LEGAIS.....	58
19. OUTRAS RESERVAS.....	58
20. RESULTADOS TRANSITADOS .....	58
21. AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO .....	59
22. PROVISÕES.....	59
23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR .....	59
24. FORNECEDORES .....	60
25. ADIANTAMENTOS A CLIENTES .....	60
26. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	60
27. SUBSÍDIOS.....	61
28. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO .....	61
29. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS .....	61
30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	62
31. GASTOS COM O PESSOAL .....	62
32. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES) .....	63



33.	PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES) .....	63
34.	OUTROS RENDIMENTOS .....	64
35.	OUTROS GASTOS .....	64
36.	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO.....	64
37.	RESULTADOS FINANCEIROS .....	64
38.	COMPROMISSOS .....	65
39.	PARTES RELACIONADAS.....	65
40.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO .....	66
41.	POLITICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS .....	66
42.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	68

**EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA NO PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2019**

	Notas	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	213.200,53	255.856,79
Ativos intangíveis	8	61.300,89	44.993,30
Outros investimentos financeiros	9	16.795,16	11.363,37
Ativos por impostos diferidos	11	187.975,77	180.607,00
		<u>479.272,35</u>	<u>492.820,46</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	5.650.303,57	2.303.383,53
Clientes	13	4.342.973,72	6.046.872,83
Estado e outros entes públicos	14	13.248,84	-
Imposto sobre o rendimento a recuperar	14	1.552.256,25	-
Outros créditos a receber	10	1.047.949,54	991.460,38
Diferimentos	15	186.209,53	156.428,45
Caixa e depósitos bancários	5	2.436.657,35	9.593.846,86
		<u>15.229.598,80</u>	<u>19.091.992,05</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>15.708.871,15</u></b>	<b><u>19.584.812,51</u></b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	16	1.100.000,00	1.100.000,00
Premios de emissão	17	300.000,00	300.000,00
Reservas legais	18	307.210,12	307.210,12
Outras reservas	19	1.524.051,33	1.524.051,33
Resultados transitados	20	4.419.810,41	5.224.230,78
		<u>7.651.071,86</u>	<u>8.455.492,23</u>
Resultado líquido do período	21	1.468.409,16	3.599.484,10
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b><u>9.119.481,02</u></b>	<b><u>12.054.976,33</u></b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	22	451.656,06	514.268,08
		<u>451.656,06</u>	<u>514.268,08</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	24	3.065.242,81	2.038.928,76
Adiantamentos de clientes	25	5.199,97	5.199,97
Estado e outros entes públicos	15	184.247,24	237.802,31
Imposto sobre o rendimento	14	-	375.615,60
Outras dívidas a pagar	23	1.838.105,19	1.904.011,46
Diferimentos	15	1.044.938,86	2.454.010,00
		<u>6.137.734,07</u>	<u>7.015.568,10</u>
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>6.589.390,13</u></b>	<b><u>7.529.836,18</u></b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b><u>15.708.871,15</u></b>	<b><u>19.584.812,51</u></b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Vu - VV.*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*AS. IV*

*scnh*  
*Vu - VV*

*Junta*  
*Amo*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



**EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2019**

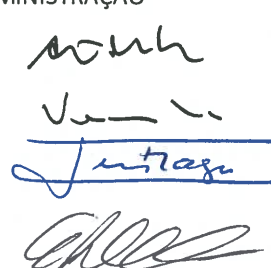
	Notas	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
Vendas e serviços prestados	26	13.170.928,99	21.613.462,93
Subsídios à exploração	27	1.593,41	8.301,12
Variação nos inventários da produção	28	1.783.371,92	(319.967,85)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29	(5.537.455,47)	(8.027.510,14)
Fornecimentos e serviços externos	30	(2.317.868,07)	(2.514.675,57)
Gastos com o pessoal	31	(6.048.873,08)	(5.804.950,59)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	12	(32.678,26)	(67.924,90)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	32	(1.481,00)	22.258,95
Provisões (aumentos/reduções)	33	62.612,02	22.593,67
Outros rendimentos	34	39.197,92	108.876,74
Outros gastos	35	(23.830,16)	(37.217,10)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.095.518,22</b>	<b>5.003.247,26</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	36	(123.037,23)	(126.637,22)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>972.480,99</b>	<b>4.876.610,04</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	37	4,85	32,90
Juros e gastos similares suportados	37	-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>972.485,84</b>	<b>4.876.642,94</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	495.923,32	(1.277.158,84)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.468.409,16</b>	<b>3.599.484,10</b>
<b>Resultado básico por acção</b>	17	<b>667,46</b>	<b>1.636,13</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2019

Notas	<u>Abr 2019</u>	<u>Abr 2018</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Resultado líquido do exercício	<u>1.468.409,16</u>	<u>3.599.484,10</u>
Outros ganhos (Perdas) reconhecidas no Capital Próprio	-	-
Resultado Integral do período	<u>1.468.409,16</u>	<u>3.599.484,10</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Vem U.*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*12.18*

*scmh*

*Vem U.*

*J. Antunes*

*CM*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRONICA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 30 DE ABRIL DE 2017 E 30 DE ABRIL DE 2018

(valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado Líquido do período	Total		
Posição em 1 de Maio de 2017	1	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.524.051,33	1.425.337,43	3.798.893,35	8.455.492,23	-	8.455.492,23
<b>Alterações no período</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados do período anterior		-	-	-	-	3.798.893,35	(3.798.893,35)	-	-	-
	2	-	-	-	-	3.798.893,35	(3.798.893,35)	-	-	-
<b>Resultado Líquido do período</b>	3 21						3.599.484,10	3.599.484,10		3.599.484,10
<b>Resultado Integral</b>	4 = 2 + 3						(199.409,25)	-	-	(199.409,25)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para a cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 30 de Abril de 2018 (Reexpresso)</b>	6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.524.051,33	5.224.230,78	3.599.484,10	12.054.976,33	-	12.054.976,33

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Handwritten signature*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Handwritten signatures of the Board of Directors*

## EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 30 DE ABRIL DE 2018 E 30 DE ABRIL DE 2019

(valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição em 30 de Abril de 2018	1	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.524.051,33	5.224.230,78	3.599.484,10	12.054.976,33	-	12.054.976,33
<b>Alterações no período</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico ( IFRS 15 )		-	-	-	-	(804.420,37)	-	(804.420,37)	-	(804.420,37)
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados do período anterior		-	-	-	-	3.599.484,10	(3.599.484,10)	-	-	-
	2	-	-	-	-	2.795.063,73	(3.599.484,10)	(804.420,37)	-	(804.420,37)
<b>Resultado Líquido do período</b>	3 21						1.468.409,16	1.468.409,16		1.468.409,16
<b>Resultado Integral</b>	4 = 2 + 3						(2.131.074,94)	-	-	(2.131.074,94)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	(3.599.484,10)	-	(3.599.484,10)	-	(3.599.484,10)
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	-	-	-	-	(3.599.484,10)	-	(3.599.484,10)	-	(3.599.484,10)
Posição em 30 de Abril de 2019	6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.524.051,33	4.419.810,41	1.468.409,16	9.119.481,02	-	9.119.481,02

O CONTABILISTA CERTIFICADO

V. — —

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A. P.

A. P.

V. — —

J. — —

A. P.

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



**EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.**

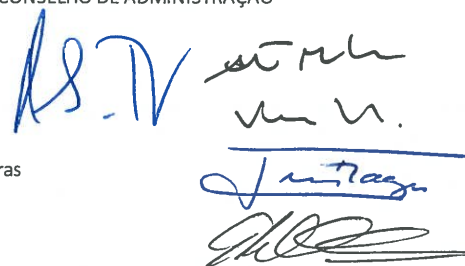
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2019**

	Nota	Abr 2019	Abr 2018
		Euro	Euro
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		12.734.395,78	19.482.363,90
Pagamentos a fornecedores		(8.651.095,12)	(10.751.769,86)
Pagamentos ao pessoal		(3.158.323,59)	(3.138.932,87)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<u>924.977,07</u>	<u>5.591.661,17</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.439.317,20)	(1.723.621,40)
Outros recebimentos / pagamentos		<u>(2.944.947,23)</u>	<u>(3.418.066,14)</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b><u>(3.459.287,36)</u></b>	<b><u>449.973,63</u></b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(61.826,53)	(35.991,47)
Ativos intangíveis		<u>(38.254,47)</u>	<u>-</u>
		<u>(100.081,00)</u>	<u>(35.991,47)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	28	1.593,41	8.301,12
Juros e rendimentos similares	38	0,15	0,90
		<u>1.593,56</u>	<u>8.302,02</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b><u>(98.487,44)</u></b>	<b><u>(27.689,45)</u></b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		(3.599.484,10)	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(3.599.484,10)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b><u>(3.599.484,10)</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(7.157.258,90)</b>	<b>422.284,18</b>
Efeito das diferenças de câmbio		69,39	(620,29)
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>9.593.846,86</u>	<u>9.172.182,97</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b><u>2.436.657,35</u></b>	<b><u>9.593.846,86</u></b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



## 1. Identificação da entidade

A EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A., adiante designada por EID é uma sociedade anónima, com sede na Rua Quinta dos Medronheiros, Lazarim, Almada, constituída em 8 de Junho de 1983 e que tem como atividade principal o estudo, a investigação, o desenvolvimento, a produção e a comercialização de protótipos e de pequenas séries de equipamentos e sistemas das tecnologias da informação, nomeadamente no sector das telecomunicações, do comando e do controlo, bem como a produção, representação, comercialização de bens e tecnologias militares e civis.

A EID é incluída no perímetro de consolidação do Grupo Cohort, sediado no Reino Unido, sendo esta a sua empresa-mãe.

Salvo quando indicado de forma diversa, a informação financeira está apresentada em euros, que é a moeda funcional e de relato da Empresa.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Junho de 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. Os responsáveis da empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo da situação financeira e dos resultados da EID.

## 2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela EID em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade - IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras. Na preparação das demonstrações financeiras, a EID seguiu a convenção do custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) instrumentos financeiros derivados e ii) ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Não foram feitas derrogações às disposições das IAS/IFRS.

### 2.1 Comparabilidade

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 30 de Abril de 2019 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 30 de Abril de 2018.

A EID aplicou pela primeira vez a norma IFRS 15 – rédito de contratos com clientes, cujo impacto nas demonstrações financeiras da empresa se detalha na nota 6.

### 3. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em acções.
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

Nenhuma destas modificações tiveram impacto nas demonstrações financeiras da EID.

### **IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009 e 2010) introduzem novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os ativos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

Foi publicada pelo IASB a IFRS 9 (2013) com os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura.

Foi ainda publicada a IFRS 9 (2014) que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao justo valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral – OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas.

Considerando que o modelo de imparidade baseado em perdas esperadas no caso da EID se aplica exclusivamente a Clientes e outras contas a receber a empresa procedeu à análise do impacto da adoção desta norma através de uma matriz de apreciação de perdas esperadas com base em eventos passados tendo em atenção a natureza do negócio e dos seus clientes históricos, concluindo-se que os resultados decorrentes apresentavam valores imateriais.



A empresa manterá a análise do impacto da norma revendo o seu impacto anualmente no sentido de garantir a sua aplicabilidade e adequação dos registos, se materialmente relevante.

Considerando a classificação e mensuração dos ativos financeiros tem por base o modelo de negócio utilizado na sua gestão (“business model test”) e as características dos fluxos de caixa contratuais (“SPPI test”). Neste contexto, os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se detidos numa perspetiva de captura de fluxos de caixa contratuais, sendo os remanescentes mensurados ao justo valor reconhecido na demonstração de rendimento integral do período (caso exista, também, intenção de venda dos ativos) ou através de resultados (se não enquadráveis em nenhum dos modelos anteriores sendo, por exemplo, geridos com base no seu justo valor). Já no que respeita à classificação e mensuração de passivos financeiros, as alterações introduzidas face às disposições da IAS 39 não são substanciais. A EID não teve impactos decorrentes da aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

#### **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes**

O IASB emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade.

O impacto da aplicação inicial desta norma nas demonstrações financeira da empresa consta da nota 6.

#### **IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos**

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

Da adoção da presente interpretação não resultaram alterações significativas.

### **Outras alterações**

Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações. Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A EID não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

**O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:**

### **IFRS 16 - Locações**

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A EID procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma, tendo da análise efetuada concluído que no âmbito de aplicação desta norma a maioria dos seus contratos de aluguer operacional de viaturas, vulgo “*contratos de renting*”, passam a ser reconhecido como um ativo de direito de uso e uma responsabilidade financeira com a subsequente depreciação do ativo no período

mais curto entre o período de vida útil do ativo e a duração do contrato. A responsabilidade financeira considerará juros com base na taxa de juro na taxa de empréstimo da entidade contratante. Os pagamentos das locações serão refletidos como uma redução de responsabilidade.

A EID irá adotar a IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido em resultados acumulados em 1 de maio de 2019, não sendo reexpressa a informação comparativa.

Com base na análise efetuada decorrente da IFRS16 a empresa estima uma redução de capitais próprios no montante de 2.420,56 euros resultantes do reconhecimento de ativos de direito de uso de 192.116,19 euros e de 194.536,75 euros de passivos de locação adicionais.

### **IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos**

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

A IFRIC 23 foi adotada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de Outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A EID não espera que ocorra alterações significativas na adoção da presente interpretação.

### **Características de pré-pagamento com compensação negativa (alteração à IFRS 9).**

Activos financeiros que contenham características de pré-pagamento com compensação negativa podem agora ser mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral (OCI) se cumprirem os critérios relevantes da IFRS 9. O IASB clarificou igualmente que a IFRS 9 exige aos preparadores o recálculo do custo amortizado da modificação de passivos financeiros pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais usando a taxa de juro efectiva original (EIR) sendo reconhecida qualquer ajustamento por via de resultados do período (alinhando o procedimento já



exigido para os activos financeiros). Esta alteração foi adoptada pela Regulamento EU 2018/498 da Comissão sendo de implementação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida.

A EID não espera que ocorra alterações significativas na adoção da presente interpretação.

#### **Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para o Grupo**

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efectiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda);

Outras alterações efetuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de Janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de Outubro de 2017) clarificando a interação com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do Plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de Fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos atuariais atualizados para determinar os custos dos serviços passados e a taxa de juro líquida do período. O efeito do asset ceiling não é tomado em consideração para o cálculo do ganho e perda na liquidação do plano e é lido separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de Outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de Outubro de 2018)

A EID não espera que ocorra alterações significativas na adoção da presente interpretação.

#### **4. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

##### **5.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as (IAS/IFRS) requerem que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das

políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 5.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

## 5.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

### a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	3 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

#### b) Ativos Intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

	<b>Número de anos</b>
Programas de computador	3
Projectos de Desenvolvimento	3 a 5
Outros	10

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Uma vez reconhecida imparidade no *goodwill* esta não é passível de reversão.



#### *Ativos intangíveis gerados internamente*

O dispêndio com pesquisa (ou da fase de pesquisa de um projeto interno) é reconhecido como um gasto quando incorrido.

A Empresa reconhece um ativo intangível proveniente de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de um projeto interno) quando é possível demonstrar:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- A intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e,
- A capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente compreendem todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida, nomeadamente:

- Os custos dos materiais e serviços usados ou consumidos ao gerar o ativo intangível;
- Os custos dos benefícios dos empregados associados à formação do ativo intangível;
- As taxas de registo de um direito legal; e
- A amortização de patentes e licenças que sejam usadas para gerar o ativo intangível.

Os seguintes custos são reconhecidos como gastos do período:

Dispêndios com vendas, gastos administrativos e outros gastos gerais a menos que estes dispêndios possam ser diretamente atribuídos à preparação do ativo para uso;

Ineficiências identificadas e perdas operacionais iniciais incorridas antes de o ativo atingir o desempenho planeado; e

Dispêndios com a formação do pessoal para utilizar o ativo.

Os gastos com projetos de desenvolvimento até ao exercício de 2015 eram capitalizados no momento da conclusão do projeto e início da comercialização do produto associado ou utilização, sendo

amortizados pelo método da linha reta por um período de três anos, exceto nos casos em que se encontrem associados a processos de subsídio ou outros que justifiquem a adoção de outro critério.

O projeto de Investigação e Desenvolvimento P-GRC/525 foi capitalizado após o início da sua comercialização e de acordo com o cumprimento do plano de reconhecimento de rendimentos deste tendo sido totalmente amortizado no exercício de 2016/2017.

#### *Aquisição e desenvolvimento de Software*

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de *software* efetuados pela Empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

#### *c) Locações*

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

#### *Locações operacionais*

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

#### *d) Imposto sobre o rendimento*

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,20% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014, 2015 e 2016 é de 12 anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e



- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

e) Inventários

Os inventários encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

*(i) Matérias-Primas*

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. As existências em armazém encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

*(ii) Produtos intermédios, acabados e produtos e trabalhos em curso*

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção, que inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra, subcontratos e gastos gerais de fabrico e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização.

f) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior (identificar caso se aplique), que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

h) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante)

i) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

j) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As principais moedas estrangeiras utilizadas neste exercício e no exercício anterior foram o Dólar Americano e a Libra Esterlina, sendo utilizadas as taxas médias e de taxa de fecho divulgadas pelo Banco de Portugal.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

k) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Um subsídio das entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo com o diferimento e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso destes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis.

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

l) Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.



m) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

*Provisões para garantias a clientes*

As provisões para garantias a clientes destinam-se a fazer face a encargos a suportar derivados de garantias previstas em contratos de fornecimento ou prestação de serviços, estas são calculadas com base na avaliação técnica do produto fornecido, a natureza do cliente e o seu enquadramento geoestratégico do ponto de vista comercial.

*Provisões para contratos onerosos*

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

*Provisões para reestruturação*

A Empresa constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,

- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui apenas os dispêndios diretos provenientes da reestruturação, que são os que, simultaneamente, estão necessariamente associados à reestruturação e não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de deslocalizar ou voltar a formar pessoal que se mantém, comercialização ou investimento em novos sistemas e redes de distribuição. Estes dispêndios relacionam-se com a conduta futura da Empresa e não são passivos de reestruturação à data do balanço. São reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão para reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

#### *Passivos de carácter ambiental*

A Empresa constitui um passivo de carácter ambiental quando existe uma obrigação legal, contratual ou construtiva de evitar, reduzir ou reparar danos ambientais no final da vida útil dos ativos.

Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza descrever os bens para fazer face às respetivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas, com base no valor atual das respetivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são mensurados pelo seu valor presente.

Os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, a menos que satisfaçam os critérios necessários para serem reconhecidos como um ativo. Os dispêndios de carácter ambiental relacionados com danos que ocorreram num período anterior são registados como gastos no período corrente.

#### *n) Ativos e Passivos Contingentes*

A Empresa não reconhece ativos nem passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

o) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

p) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito é reconhecido quando a empresa transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou

ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.



O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido numa base duodecimal em relação a contratos de serviços de carácter continuado e termo anual correspondendo cada período a um marco de reconhecimento, para os restantes casos o reconhecimento segue as regras de reconhecimento da venda de bens, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

#### q) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

#### r) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de Junho de 2019, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados em nota própria.

#### s) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

#### *Imparidade*

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

#### *Contabilidade de cobertura*

A Empresa não utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua atividade operacional e de financiamento.

#### t) Pagamento com base em ações

A EID adota a política do Grupo Cohort,Plc relativamente às gratificações em atribuição de direitos de opção de compra de ações do Grupo Cohort,Plc para os seus empregados, tendo mensurado essa opção de compra de ações pelo justo valor.

Até o passivo ser liquidado, a entidade remensura o justo valor do passivo a cada data de relato e na data de liquidação, com quaisquer alterações no justo valor reconhecidas nos resultados do exercício.

A EID reconhece imediatamente os serviços recebidos dos empregados e um passivo para pagar esses serviços. Se os direitos de valorização de ações não forem adquiridos até os empregados terem completado o período de serviço especificado no plano, a EID reconhece os serviços recebidos, e um passivo para pagar os mesmos, à medida que os empregados prestam os serviços durante esse período. O reconhecimento em resultados desta responsabilidade é registado na rubrica outros gastos com pessoal.

### 5.3 Principais estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gestão da EID efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivo e divulgações à data da posição financeira e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da EID, baseados:

- (i) Na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes; e
- (ii) Nas ações que a EID considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão vir a ser diferentes das estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentados abaixo:

#### Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

#### Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

As quantias estimadas para fazer face a gastos referentes a obrigações futuras são-no baseadas na avaliação técnica do produto fornecido, a natureza do cliente e o seu enquadramento geoestratégico do ponto de vista comercial.

Para outras provisões que possam ocorrer, a EID, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para fazer face a riscos de diversa natureza.

#### Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.



Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa).

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### Imposto sobre o rendimento

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bom como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

#### 5.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa. Desta forma as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

## 5.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 5.3.

## 5. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, a Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 30 de Abril de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Caixa	1.097,37	1.495,55
Depósitos bancários	2.435.559,98	9.592.351,31
	<u>2.436.657,35</u>	<u>9.593.846,86</u>

## 6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período não ocorreram erros, ou alterações de estimativas contabilísticas. Relativamente às políticas contabilísticas a Empresa adotou pela primeira vez a IFRS 15 (Nota 2).

A empresa adotava o método de reconhecimento do rédito de acordo com a verificação de concretização de determinados “milestones” no plano de reconhecimento de rendimentos do projeto, com a aplicação da norma IFRS 15 o reconhecimento do rédito passou a ser realizado conforme um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

Os projetos, quer sejam de fornecimento ou de prestação de serviços, geradores de rédito, foram revistos e definidos qualitativa e quantitativamente de forma a identificarem inequivocamente os respetivos marcos no decorrer de todo o prazo do projeto bem como os pressupostos subjacentes ao seu registo, ver os impactos do reconhecimento da IFRS 15 no quadro seguinte:

(Valores em euros)			
<b>Impacto na Demonstração da Posição Financeira</b>	<b>Abr 18 sem adoção da IFRS 15</b>	<b>IFRS 15</b>	<b>Abr 18</b>
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	255.856,79	-	255.856,79
Ativos intangíveis	44.993,30	-	44.993,30
Outros investimentos financeiros	11.363,37	-	11.363,37
Ativos por impostos diferidos	180.607,00	-	180.607,00
	492.820,46	-	492.820,46
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	2.303.383,53	937.821,42	3.241.204,95
Clientes	6.046.872,83	-	6.046.872,83
Estado e outros entes públicos	-	-	-
Outros créditos a receber	991.460,38	-	991.460,38
Diferimentos	156.428,45	-	156.428,45
Caixa e depósitos bancários	9.593.846,86	-	9.593.846,86
	19.091.992,05	937.821,42	20.029.813,47
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.584.812,51</b>	<b>937.821,42</b>	<b>20.522.633,93</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	1.100.000,00	-	1.100.000,00
Premios de emissão	300.000,00	-	300.000,00
Reservas legais	307.210,12	-	307.210,12
Outras reservas	1.524.051,33	-	1.524.051,33
Resultados transitados	5.224.230,78	-	5.224.230,78
	8.455.492,23	-	8.455.492,23
Resultado líquido do período	3.599.484,10	(804.420,47)	2.795.063,63
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>12.054.976,33</b>	<b>(804.420,47)</b>	<b>11.250.555,86</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	514.268,08	-	514.268,08
	514.268,08	-	514.268,08
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	2.038.928,76	-	2.038.928,76
Adiantamentos de clientes	5.199,97	-	5.199,97
Estado e outros entes públicos	613.417,91	-	613.417,91
Outras dívidas a pagar	1.904.011,46	-	1.904.011,46
Diferimentos	2.454.010,00	1.742.241,89	4.196.251,89
	7.015.568,10	1.742.241,89	8.757.809,99
<b>Total do Passivo</b>	<b>7.529.836,18</b>	<b>1.742.241,89</b>	<b>9.272.078,07</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>19.584.812,51</b>	<b>937.821,42</b>	<b>20.522.633,93</b>



## 7. Ativos Fixos Tangíveis

As quantias escrituradas dos Ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Valor Bruto</b>		
Edifícios e outras construções	130.391,89	130.391,89
Equipamento básico	5.287.520,96	5.250.647,31
Equipamento de transporte	16.415,13	21.363,91
Equipamento administrativo	2.649.769,35	2.643.149,51
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	230.675,66
	<u>8.314.772,99</u>	<u>8.276.228,28</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>		
Depreciações do período	(106.307,75)	(117.990,45)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	(7.995.264,71)	(7.902.381,04)
	<u>(8.101.572,46)</u>	<u>(8.020.371,49)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>213.200,53</u>	<u>255.856,79</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2018 são analisados como segue:

	2018				
	Saldo em Abr 2018 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2019 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Edifícios e outras construções	130.391,89	-	-	-	130.391,89
Equipamento básico	5.250.647,31	57.031,65	(20.158,00)	-	5.287.520,96
Equipamento de transporte	21.363,91	-	(4.948,78)	-	16.415,13
Equipamento administrativo	2.643.149,51	6.619,84	-	-	2.649.769,35
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	-	-	-	230.675,66
	<u>8.276.228,28</u>	<u>63.651,49</u>	<u>(25.106,78)</u>	<u>-</u>	<u>8.314.772,99</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>					
Edifícios e outras construções	130.066,89	325,00	-	-	130.391,89
Equipamento básico	5.092.829,40	65.854,26	-	(20.158,00)	5.138.525,66
Equipamento de transporte	21.054,62	309,30	-	(4.948,78)	16.415,14
Equipamento administrativo	2.546.153,24	39.666,06	-	-	2.585.819,30
Outros ativos fixos tangíveis	230.267,34	153,13	-	-	230.420,47
	<u>8.020.371,49</u>	<u>106.307,75</u>	<u>-</u>	<u>(25.106,78)</u>	<u>8.101.572,46</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2017 são analisados como segue:

	2017				
	Saldo em Abr 2017 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Edifícios e outras construções	130.391,89	-	-	-	130.391,89
Equipamento básico	5.243.626,11	7.021,20	-	-	5.250.647,31
Equipamento de transporte	21.363,91	-	-	-	21.363,91
Equipamento administrativo	2.574.385,15	68.764,36	-	-	2.643.149,51
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	-	-	-	230.675,66
	<u>8.200.442,72</u>	<u>75.785,56</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.276.228,28</u>
	Saldo em Abr 2017 Euro	Depreciação do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>					
Edifícios e outras construções	129.253,72	813,17	-	-	130.066,89
Equipamento básico	5.020.530,65	72.298,75	-	-	5.092.829,40
Equipamento de transporte	18.733,92	2.320,70	-	-	21.054,62
Equipamento administrativo	2.503.763,09	42.390,15	-	-	2.546.153,24
Outros ativos fixos tangíveis	230.099,66	167,68	-	-	230.267,34
	<u>7.902.381,04</u>	<u>117.990,45</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.020.371,49</u>

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

## 8. Ativos intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Valor Bruto</b>		
Programas de computador	1.250.169,53	1.217.132,46
Outros ativos intangíveis	50.720,00	50.720,00
Despesas de I&D	13.493.170,54	13.493.170,54
	<u>14.794.060,07</u>	<u>14.761.023,00</u>
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>		
Amortizações do período	(16.729,48)	(8.646,77)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	(14.716.029,70)	(14.707.382,93)
	<u>(14.732.759,18)</u>	<u>(14.716.029,70)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>61.300,89</u>	<u>44.993,30</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de Ano 2018 são analisados como segue:

*Anexo às Demonstrações Financeiras  
para o período findo em  
30 de Abril de 2019*

	Saldo em Abr 2018 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2019 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Programas de computador	1.217.132,46	33.037,07	-	-	1.250.169,53
Outros ativos intangíveis	50.720,00	-	-	-	50.720,00
Despesas de I&D	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.761.023,00</u>	<u>33.037,07</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.794.060,07</u>

	Saldo em Abr 2018 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2019 Euro
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>					
Programas de computador	1.194.496,44	11.657,48	-	-	1.206.153,92
Outros ativos intangíveis	28.362,72	5.072,00	-	-	33.434,72
Despesas de I&D	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.716.029,70</u>	<u>16.729,48</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.732.759,18</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de Ano 2017 são analisados como segue:

	Saldo em Abr 2017 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Programas de computador	1.199.788,92	17.343,54	-	-	1.217.132,46
Outros ativos intangíveis	50.720,00	-	-	-	50.720,00
Despesas de I&D	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.743.679,46</u>	<u>17.343,54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.761.023,00</u>
	Saldo em Abr 2017 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>					
Programas de computador	1.190.921,67	3.574,77	-	-	1.194.496,44
Outros ativos intangíveis	23.290,72	5.072,00	-	-	28.362,72
Despesas de I&D	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.707.382,93</u>	<u>8.646,77</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.716.029,70</u>

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.



## 9. Outros investimentos financeiros

A rubrica Outros investimentos financeiros é analisada como segue:

	Saldo em Abr 2018 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em Abr 2019 Euro
Fundo Compensação dos Trabalhadores	11.363,37	6.412,63	(980,84)	-	16.795,16
	<u>11.363,37</u>	<u>6.412,63</u>	<u>(980,84)</u>	<u>-</u>	<u>16.795,16</u>
	Saldo em Abr 2017 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
Fundo Compensação dos Trabalhadores	8.407,35	5.066,04	(2.110,02)	-	11.363,37
	<u>8.407,35</u>	<u>5.066,04</u>	<u>(2.110,02)</u>	<u>-</u>	<u>11.363,37</u>

## 10. Outros créditos a receber

A rubrica Outros créditos a receber é analisada como segue:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Outros créditos a receber - Correntes</b>		
Outros Devedores - Partes Relacionadas (Nota 39)	-	393,74
Adiantamento a fornecedores	22.923,43	26.334,29
Out- Devedores - Saldos com pessoal	64,47	1.960,14
Ativos contratuais - IFRS 15	1.011.793,36	914.772,21
Out- Devedores (Cauções)	<u>13.168,28</u>	<u>48.000,00</u>
	<u>1.047.949,54</u>	<u>991.460,38</u>

O montante relativo a Cauções refere-se ao valor de direitos aduaneiros pagos à Autoridade Tributária em processos de importação temporária.

## 11. Imposto sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
Imposto corrente	(488.554,55)	1.253.556,90
Impostos diferidos	<u>(7.368,77)</u>	<u>23.601,94</u>
	<u>(495.923,32)</u>	<u>1.277.158,84</u>

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

	<b>Activos por Impostos Diferidos</b>	
	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2017</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Provisões para garantias	95.446,80	90.953,40
Amortizações não aceites fiscalmente	6.013,52	15.067,73
Processos judiciais em curso	5.019,16	176,94
Imparidades em inventários	81.496,29	74.408,93
	<b>187.975,77</b>	<b>180.607,00</b>

Os impostos diferidos são calculados tendo por base uma taxa de imposto de 21% acrescidos de uma taxa de derrama municipal de 1,20%.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 30 de abril de 2019 foi o seguinte:

	<b>Saldo inicial</b>	<b>Constituição/ Reversão em resultados</b>	<b>Constituição/ Reversão em Capital Próprio</b>	<b>Saldo Final</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Imposto diferido activo</b>				
Provisões para garantias	90.953,40	4.493,40	-	95.446,80
Amortizações não aceites fiscalmente	15.067,73	(9.054,21)	-	6.013,52
Processos judiciais em curso	176,94	4.842,22	-	5.019,16
Imparidades em inventários	74.408,93	7.087,36	-	81.496,29
	<b>180.607,00</b>	<b>7.368,77</b>	<b>-</b>	<b>187.975,77</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2018 foi o seguinte:

	<b>Saldo inicial</b>	<b>Constituição/ Reversão em resultados</b>	<b>Constituição/ Reversão em Capital Próprio</b>	<b>Saldo Final</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Imposto diferido activo</b>				
Provisões para garantias	119.445,64	(28.492,24)	-	90.953,40
Amortizações não aceites fiscalmente	25.290,72	(10.222,99)	-	15.067,73
Processos judiciais em curso	176,94	-	-	176,94
Imparidades em inventários	59.295,64	15.113,29	-	74.408,93
	<b>204.208,94</b>	<b>(23.601,94)</b>	<b>-</b>	<b>180.607,00</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 30 de abril de 2019 e 2018, é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b> <b>Euro</b>	<b>2017</b> <b>Euro</b>
Resultados antes de impostos	972.485,84	4.876.642,94
Taxa nominal de imposto	0,21	0,21
Imposto esperado	204.222,03	1.024.095,02
Diferenças permanentes		
Variações patrimoniais - adoção inicial IFRS 15	(804.420,37)	-
Benefícios Fiscais	(78.071,39)	(13.457,82)
Multas e Coimas	342,00	240,00
Custos de períodos anteriores	6.393,59	5.845,78
Diferenças temporárias		(242.799,13)
Imparidades e Provisões	(49.960,69)	288.130,36
Matéria colectável / colecta	46.768,98	4.914.602,13
Imposto	9.821,49	1.032.066,47
Tributação autónoma	59.296,94	57.619,84
Derrama	586,78	61.432,53
Derrama Estadual	-	102.438,06
Benefícios Fiscais - SIFIDE	(556.130,41)	-
imposto de exercícios anteriores	(2.129,35)	-
Imposto corrente	(488.554,55)	1.253.556,90
Imposto diferido	(7.368,77)	23.601,94
Imposto sobre o Rendimento do Período	(495.923,32)	1.277.158,84
	(0,51)	0,26

## 12. Inventários

A rubrica Inventários, líquida de imparidade, é analisada como segue:

<b>Inventários</b>	<b>Abr 2019</b> <b>Euro</b>	<b>Abr 2018</b> <b>Euro</b>
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.446.278,88	820.552,28
Produtos acabados e intermédios	290.400,33	211.274,04
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	3.913.624,36	1.271.557,21
	5.650.303,57	2.303.383,53

A empresa verifica a recuperabilidade dos seus inventários realizando uma análise de rotação de stocks e identificados os itens sem rotação por um período superior a 5 anos resultando deste processo a avaliação do montante de stocks em imparidade e efetuado o consequente registo.

No exercício findo em 30 de abril de 2019 o montante de inventários em imparidade foi como segue:



	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
<b>Imparidade de inventários</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Perdas por imparidade	(32.678,26)	(67.924,90)
Reversões de perdas por imparidade	-	-
	<u>(32.678,26)</u>	<u>(67.924,90)</u>

O movimento da imparidade de inventários a 30 de Abril de 2018 é como segue:

	<b>Saldo em Abr 2018</b>	<b>Reforço</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo em Abr 2019</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Matérias-primas	334.422,16	32.678,26	-	367.100,42
	<u>334.422,16</u>	<u>32.678,26</u>	<u>-</u>	<u>367.100,42</u>

### 13. Clientes

A rubrica Clientes é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
<b>Clientes</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Clientes	4.325.170,65	5.996.772,44
Clientes - Partes relacionadas (Nota 40)	17.803,07	50.100,39
Clientes - de cobrança duvidosa	339.009,44	337.528,44
<b>Valor Bruto</b>	<u>4.681.983,16</u>	<u>6.384.401,27</u>
Perdas por imparidade	337.528,44	337.528,44
Perdas por imparidade do período	1.481,00	-
<b>Imparidades acumuladas</b>	<u>(339.009,44)</u>	<u>(337.528,44)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>4.342.973,72</u>	<u>6.046.872,83</u>

A rubrica de clientes conta corrente no montante de 4.342.973,72 euros (6.046.873,83 euros em Abril de 2018) contém saldos de clientes de curto prazo. Encontra-se reconhecida uma imparidade por dívidas consideradas de cobrança duvidosa no valor de 339.009,44 euros dos quais 1.481,00 euros foram reconhecidos no exercício, sendo a sua antiguidade distribuída da seguinte forma:

	<b>Por vencer</b>	<b>Entre 1 e 90 Dias</b>	<b>Entre 91 e 180 Dias</b>	<b>Entre 181 e 360 Dias</b>	<b>Entre 361 e 720 Dias</b>	<b>&gt; 720 dias</b>	<b>Total</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Clientes	4.193.136,32	111.898,25	19.025,30	-	3.680,10	15.233,76	4.342.973,72
Clientes-de cobrança duvidosa	-	-	-	767,52	232,06	338.009,87	339.009,45
	<u>4.193.136,32</u>	<u>111.898,25</u>	<u>19.025,30</u>	<u>767,52</u>	<u>3.912,16</u>	<u>353.243,63</u>	<u>4.681.983,17</u>

Os saldos cuja antiguidade é superior a 720 dias e não respeitam a partes relacionadas, já se encontram ajustados, sendo expectativa da gestão que o saldo entre 361 e 720 dias seja recuperável.

Em 30 de abril de 2019 o movimento das perdas por imparidade de clientes, é analisado como segue:

	Saldo em Abr 2018 Euro	Dotações do período Euro	Reversões Euro	Utilizações Euro	Saldo em Abr 2019 Euro
Cientes - de cobrança duvidosa	337.528,44	1.481,00	-	-	339.009,44
	337.528,44	1.481,00	-	-	339.009,44

Em 30 de abril de 2018, o movimento das perdas por imparidade de clientes, é analisado como segue:

	Saldo em Abr 2017 Euro	Dotações do período Euro	Reversões Euro	Utilizações Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
Cientes - de cobrança duvidosa	359.787,39	-	(22.258,95)	-	337.528,44
	359.787,39	-	(22.258,95)	-	337.528,44

#### 14. Estado e outros entes públicos

A rubrica Estado e outros entes públicos a receber e a pagar são analisadas como segue:

	Abr 2019		Abr 2018	
	A receber Euro	A pagar Euro	A receber Euro	A pagar Euro
<b>Estado e outros entes públicos</b>				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	1.065.831,00	-	-	-
Estimativa imposto	(69.105,21)	-	-	839.884,52
Benefícios Fiscais	555.530,41	-	-	-
Retenções na fonte	0,05	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	76.596,50	-	78.216,83
Imposto sobre o valor acrescentado	13.248,84	-	-	49.086,56
Reembolsos de IVA	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	107.650,74	-	110.498,92
	<u>1.565.505,09</u>	<u>184.247,24</u>	<u>-</u>	<u>237.802,31</u>

## 15. Diferimentos

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Diferimentos Activos</b>		
Rendas	59.267,70	60.844,30
Seguros	91.613,23	78.783,34
Outros	35.328,60	16.800,81
	<u>186.209,53</u>	<u>156.428,45</u>

A rubrica Diferimentos passivos é analisada como segue:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Diferimentos Passivos</b>		
Passivos contratuais - IFRS 15	1.044.938,86	2.454.010,00
	<u>1.044.938,86</u>	<u>2.454.010,00</u>

## 16. Capital realizado

O capital social de 1.100.000 euros, representado por 2.200 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 30 de Abril de 2019, sendo detido por:

	Abr 2019 Euro		Abr 2018 Euro
	Capital Subscrito	%	Capital Subscrito
<b>Entidade:</b>			
Thunderwaves, S.A.	880.000,00	80,00%	880.000,00
Empordef, SGPS	198.000,00	18,00%	198.000,00
IAPMEI, I.P.	22.000,00	2,00%	22.000,00
	<u>1.100.000,00</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.100.000,00</u>

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Resultados</b>		
Resultado liquido no período	1.468.409,16	3.599.484,10
<b>Número de ações</b>		
Acções detidas	220.000	220.000
<b>Resultado por ação</b>	6,67	16,36

No exercício findo em 30 de abril de 2019 não se verificaram alterações na composição acionista.

## 17. Prémios de emissão

A 30 de Abril de 2019 existe um prémio de emissão de ações no montante de 300.000 euros.

## 18. Reservas Legais

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Reservas Legais	307.210,12	307.210,12
	<u>307.210,12</u>	<u>307.210,12</u>

## 19. Outras reservas

A empresa regista em Outras reservas os resultados positivos aprovados em Assembleia Geral ainda não distribuídos aos Acionistas, não existindo reservas não distribuíveis.

Durante o período findo em 30 de abril de 2019, os movimentos em outras Reservas foram os seguintes:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Outras Reservas	1.524.051,33	1.524.051,33
	<u>1.524.051,33</u>	<u>1.524.051,33</u>

## 20. Resultados transitados

Durante o período findo em 30 de abril de 2019, os movimentos em Resultados Transitados foram os seguintes:

### a) Aplicação de Resultados do Período findo a 30 de Abril de 2018

O resultado líquido do período anterior no montante de 3.599.484,10 foi distribuído a título de dividendos conforme aprovado na Assembleia Geral ocorrida em 30 de Julho de 2018.

Durante o período do exercício, os movimentos em Resultados Transitados foram os seguintes:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Resultados transitados	4.419.810,41	5.224.230,78
	<u>4.419.810,41</u>	<u>5.224.230,78</u>

A variação dos resultados transitados resulta da adoção inicial da IFRS 15 conforme mencionado na nota 6.



## 21. Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Não se verificaram alterações em rubricas de capital próprio que não as anteriormente descritas.

## 22. Provisões

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
Garantias a clientes	429.940,56	536.066,52
Outras provisões	21.715,50	795,23
	<u>451.656,06</u>	<u>536.861,75</u>

O movimento das provisões, é analisado como segue:

	Saldo em Abr 2018 Euro	Reforços do período Euro	Reversões Euro	Utilizações Euro	Saldo em Abr 2019 Euro
Garantias a clientes	513.472,85	184.082,85	(120.941,08)	(146.674,06)	429.940,56
Outras provisões	795,23	21.715,50	-	(795,23)	21.715,50
	<u>514.268,08</u>	<u>205.798,35</u>	<u>(120.941,08)</u>	<u>(147.469,29)</u>	<u>451.656,06</u>

O montante de provisões registadas no exercício refere-se aos gastos em que a empresa espera incorrer para fazer face a custos no âmbito de garantia a clientes relativos a contractos de fornecimento e prestação de serviços concluídos durante o ano de 2018 e que correspondem à melhor estimativa da empresa face a obrigações contractuais inerentes aos referidos contratos.

O prazo de garantia a clientes de produtos e serviços fornecidos pela empresa varia consoante o produto e contrato não sendo inferior a 6 meses nem superior a 39 meses.

## 23. Outras dívidas a pagar

A rubrica Outras dívidas a pagar é analisada como segue:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Outras dívidas a pagar - Correntes</b>		
Outros Credores - Partes Relacionadas (Nota 40)	-	-
Cred. Acr. Gastos Remunerações a Liquidar	1.205.887,21	1.122.771,82
Cred. Acr. Gastos Remunerações - Pagamento em acções	54.600,44	16.435,19
Cred. Acr. Gastos FSE	-	6.159,47
Cred. Acr. Gastos Auditoria	12.600,00	-
Cred. Acr. Gastos em projectos	122.433,25	638.212,96
Out. Cred. Acr. Gastos - Adiantamento por conta de vendas	428.274,06	98.946,67
Out. Credores Diversos - saldos com pessoal	10.942,00	6.878,43
Out. Credores - Fornecedores de Activos	1.376,23	9.614,92
Out. Credores - Accionistas	1.186,53	1.186,53
Out. Credores Diversos	805,47	3.805,47
	<u>1.838.105,19</u>	<u>1.904.011,46</u>

## 24. Fornecedores

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

<b>Fornecedores</b>	<b>Abr 2019 Euro</b>	<b>Abr 2018 Euro</b>
Fornecedores	2.933.048,83	1.230.366,72
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 40)	24.960,45	780.231,43
Facturas em recepção e conferência	107.233,53	28.330,61
	<u>3.065.242,81</u>	<u>2.038.928,76</u>

## 25. Adiantamentos a clientes

A rubrica Adiantamentos a clientes é analisada como segue:

	<b>Abr 2019 Euro</b>	<b>Abr 2018 Euro</b>
Adiantamentos de clientes	5.199,97	5.199,97
	<u>5.199,97</u>	<u>5.199,97</u>

## 26. Vendas e Serviços Prestados

A rubrica Vendas e Prestações de Serviços é analisada como segue:

	<b>Abr 2019 Euro</b>	<b>Abr 2018 Euro</b>
Venda de bens	10.986.633,78	20.423.453,36
Prestação de serviços	2.184.295,21	1.190.009,57
	<u>13.170.928,99</u>	<u>21.613.462,93</u>

As vendas e prestações de serviço por mercado analisam-se como segue:

<b>Venda de bens</b>	<b>Abr 2019 Euro</b>	<b>Abr 2018 Euro</b>
Mercado interno	4.748.787,53	14.728.569,08
Mercado Externo	6.237.846,25	5.694.884,28
	<u>10.986.633,78</u>	<u>20.423.453,36</u>
<b>Prestação de serviços</b>	<b>Abr 2018 Euro</b>	<b>Abr 2018 Euro</b>
Mercado interno	526.484,21	925.270,22
Mercado Externo	1.657.811,00	264.739,35
	<u>2.184.295,21</u>	<u>1.190.009,57</u>

## 27. Subsídios

A rubrica Subsídios é analisada como segue:

	<b>Abr 2018</b>	<b>Abr 2017</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Subsídios à exploração</b>		
IEFP - ( Medida estágio emprego )	1.593,41	8.301,12
	<u>1.593,41</u>	<u>8.301,12</u>

O subsídio registado no exercício corresponde ao subsídio à criação de emprego e foi totalmente reconhecido nos rendimentos do exercício.

A empresa encontra-se a elaborar a candidatura ao SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial) estimando-se que o benefício fiscal a ser aprovado possa ascender a um montante máximo de cerca de 1.643.840,53 euros.

Por prudência a Empresa não reconhece um ativo por imposto diferido, já que apenas quando é aprovada a candidatura tem o direito a esse benefício fiscal.

## 28. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Saldo inicial	1.482.831,25	1.802.799,10
Adoção inicial da IFRS 15	937.821,52	-
Regularização de existências	-	-
Saldo final	<u>4.204.024,69</u>	<u>1.482.831,25</u>
Variação nos inventarios da produção	<u>1.783.371,92</u>	<u>(319.967,85)</u>

## 29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Saldo inicial	1.126.643,83	1.125.867,62
Compras	6.224.190,94	8.030.777,10
Regularização de inventários	-	(2.490,75)
Saldo final	<u>1.813.379,30</u>	<u>1.126.643,83</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>5.537.455,47</u>	<u>8.027.510,14</u>

### 30. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Honorários	550.379,15	449.800,30
Rendas e Alugueres	533.234,03	536.966,85
Trabalhos Especializados	298.471,12	104.277,61
Deslocações, Estadas e Transportes	216.519,73	284.389,71
Energia e Flúidos	185.256,67	193.849,84
Publicidade e Propaganda	180.270,25	190.090,60
Seguros	138.433,61	150.398,28
Serviços Bancários	65.053,69	99.111,03
Materiais	51.945,07	40.663,05
Conservação e Reparação	45.054,08	32.628,47
Outros Serviços	26.876,00	398.441,00
Comunicação	20.630,26	21.038,48
Despesas Representação	5.513,31	12.795,95
Contencioso e Notariado	230,97	224,21
	<u>2.317.867,94</u>	<u>2.514.675,38</u>

### 31. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Remunerações	4.757.287,47	4.393.392,86
Prémios e gratificações	53.762,26	89.719,07
Outras remunerações	-	314.449,60
Encargos sobre remunerações	1.064.816,24	873.470,23
Seguros Acidentes de Trabalho	23.722,86	24.080,28
Seguros de Saúde	-	-
Cessação de Contrato de Trabalho	25.264,60	10.719,77
Formação	47.029,29	39.392,95
Outros Gastos com o Pessoal	76.990,36	59.725,83
	<u>6.048.873,08</u>	<u>5.804.950,59</u>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa em 2018 foi de 137 (140 em 2017).



As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 30 de Abril de 2019 e 30 de Abril de 2018 são como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Remunerações Orgãos Sociais	311.593,43	381.371,31
Benefícios pós-emprego	-	-
	<u>311.593,43</u>	<u>381.371,31</u>

A rubrica Prémios e gratificações inclui o montante de 12.382,81 euros relativos à compensação por atribuição de ações pelo Grupo a pessoal chave da gestão.

A rubrica outros gastos com pessoal inclui o montante de 38.165,25 euros relativos ao valor de direitos de opção de compra de 79.334 ações da empresa Cohort,Plc, no âmbito do plano de direitos de opções de ações do Grupo.

### 32. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

A rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Imparidade de dívidas a receber		
Perdas por imparidade	(1.481,00)	-
Reversões de perdas por imparidade	-	22.258,95
	<u>(1.481,00)</u>	<u>22.258,95</u>

### 33. Provisões (aumentos/reduções)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) respeita a estimativa de gastos futuros e é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Provisões para riscos e encargos		
Aumentos de provisões	(205.798,35)	(220.205,46)
Redução de provisões	268.410,37	242.799,13
	<u>62.612,02</u>	<u>22.593,67</u>

Os valores registados na rubrica de provisões respeitam a gastos com garantias a clientes (Nota 22).

### 34. Outros rendimentos

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Rendimentos Suplementares	25.574,82	35.760,68
Diferenças de câmbio favoráveis	3.780,84	22.550,41
Outros não especificados	9.842,26	50.565,65
	<u>39.197,92</u>	<u>108.876,74</u>

### 35. Outros gastos

A rubrica Outros gastos é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Impostos	60,72	92,14
Diferenças de câmbio desfavoráveis	14.027,40	6.588,43
Quotizações Empresariais	6.400,00	6.400,00
Multas fiscais e não fiscais	342,00	240,00
Outros	3.000,04	23.896,53
	<u>23.830,16</u>	<u>37.217,10</u>

### 36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	106.307,75	117.990,45
Ativos Intangíveis (Nota 8)	16.729,48	8.646,77
	<u>123.037,23</u>	<u>126.637,22</u>

### 37. Resultados financeiros

Os Juros e rendimentos similares obtidos são analisados como segue:

	<b>Abr 2019</b>	<b>Abr 2018</b>
	<b>Euro</b>	<b>Euro</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros de depósitos	4,85	32,90
Outros juros	-	-
	<u>4,85</u>	<u>32,90</u>

Não se verificaram Juros e gastos similares suportados.

### 38. Compromissos

A empresa apresenta compromissos futuros com:

Locações operacionais:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Pagamentos futuros:</b>		
Menos de um ano	113.679,47	145.650,83
Entre um e cinco anos	114.070,75	106.494,45
	<u>227.750,22</u>	<u>252.145,27</u>

O montante de locações operacionais difere dos valores mencionados na nota relativa à aplicação da IFRS 16 por incluir contratos não abrangidos pela adoção desta norma.

Outros compromissos:

	Abr 2019 Euro	Abr 2018 Euro
<b>Pagamentos futuros:</b>		
Menos de um ano	330.368,64	333.164,34
Entre um e cinco anos	-	-
	<u>330.368,64</u>	<u>333.164,34</u>

A rubrica outros compromissos compreende os valores de renda das instalações fabris e comerciais.

O contrato de arrendamento do edifício é renovado anualmente sendo expectativa a não renovação do mesmo no decorrer do próximo exercício.

A 30 de abril de 2019 a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, nomeadamente para bom cumprimento de contratos e adiantamentos recebidos de clientes, no montante global de 3.180.988 euros.

### 39. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas em 30 de Abril de 2019 são analisados conforme segue:

	Clientes	Fornecedores	Créditos a receber	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar (não corrente)	Outras dívidas a pagar (corrente)
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort, PLC	-	24.960,45	-	-	-	-
Empordef-Ti, S.A.	2.569,34	-	-	-	-	-
Edisoft, S.A.	9.630,13	-	-	-	-	-
Empordef, S.G.P.S.	-	-	-	-	-	-
Geral Lazarim, S.A.	5.603,60	27.530,72	-	-	-	-
	<u>17.803,07</u>	<u>52.491,17</u>	-	-	-	-

Os saldos com partes relacionadas em 30 de Abril de 2018 são analisados conforme segue:

	Clientes	Fornecedores	Créditos a receber	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar (não corrente)	Outras dívidas a pagar (corrente)
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort,PLC	-	753.005,64	-	-	-	-
Empordef-Ti,S.A.	5.002,66	-	-	-	-	-
Edisoft,S.A.	39.494,13	-	-	-	-	-
Empordef,S.G.P.S.	-	-	393,74	-	-	-
Geral Lazarim,S.A.	5.603,60	27.225,79	-	-	-	-
	50.100,39	780.231,43	393,74	-	-	-

As transações efetuadas com partes relacionadas no período são analisadas conforme segue:

	Compras	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares	Recebimento Dividendos	Pagamento Dividendos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort,PLC	-	-	529.585,94	1.418,08	-	-	-	3.599.484,10
SEA,Ltd	-	-	-	-	-	-	-	-
Empordef Ti	-	-	-	-	25.215,36	-	-	-
Geral Lazarim,S.A.	-	-	328.843,99	-	-	-	-	-
	-	-	858.429,93	1.418,08	25.215,36	-	-	3.599.484,10

As transações efetuadas com partes relacionadas no período findo em 30 de abril de 2018 são analisadas conforme segue:

	Compras	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares	Recebimento Dividendos	Pagamento Dividendos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort,PLC	-	-	451.965,71	13.604,31	-	-	-	-
SEA,Ltd	-	-	27.512,34	-	-	-	-	-
Empordef Ti	-	-	-	-	32.006,06	-	-	-
Geral Lazarim,S.A.	-	-	325.978,23	-	-	-	-	-
	-	-	805.456,28	13.604,31	32.006,06	-	-	-

#### 40. Acontecimentos após a data de balanço

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devam estar registados nas demonstrações financeiras.

#### 41. Política de gestão de Riscos Financeiros

A empresa procede com regularidade a uma análise dos principais fatores de risco financeiro existentes, nomeadamente o risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez.

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Sociedade a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão



desses riscos, e a gestão de fundos da Sociedade em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Sociedade. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Sociedade enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Sociedade aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os Ativos da Sociedade, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria, mas também acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

A Empresa consegue financiar a sua atividade, sem a necessidade de endividamento/recurso a linhas de crédito.

### **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados da Sociedade e a sua posição financeira.

A Sociedade encontra-se exposta de forma reduzida a riscos cambiais, já que as suas transações com os seus clientes são essencialmente em Euros e USD. O objetivo da sua política de gestão de riscos de mercado passa, essencialmente, pela monitorização da evolução das taxas de câmbio. Não são utilizados instrumentos financeiros de cobertura deste risco de mercado.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes principalmente do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Sociedade no âmbito da sua atividade. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos associados à fase de aceitação de clientes e de definição de limites de crédito, como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Sociedade, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efectuado regularmente. Os ajustamentos para saldos a receber são estimados em função das perdas estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Para além dos saldos a receber de clientes, também a gestão de fundos monetários geridos pela empresa no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria pode expor a Sociedade ao risco de crédito. Como princípio orientador, a Sociedade procura alinhar a manutenção do excedente de tesouraria.

#### 42. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar
- Proposta de aplicação de resultados: Eur 1.468.409,16 Distribuição de dividendos

Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Lazarim, 28 de Junho de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício FPM 41  
Av. Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º  
1069-006 Lisboa

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da  
**EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A. (a “Sociedade”)**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**, relativamente ao ano findo em 30 de abril de 2019.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 30 de abril de 2019, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas, sem reservas, sem ênfases e com uma outra matéria, decorrente do exame realizado.



Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas; e,
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 30 de abril de 2019;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

8 de julho de 2019

**O FISCAL ÚNICO**

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Luís David Guimarães da Silva (ROC n.º 1656)





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício FPM 41  
Av. Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º  
1069-006 Lisboa

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de abril de 2019 (que evidencia um total de 15.708.871,15 euros e um total de capital próprio de 9.119.481,02 euros, incluindo um resultado líquido de 1.468.409,16 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição *financeira da EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.*, em 30 de abril de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Outras matérias**

A Certificação Legal das Contas emitida a 13 de julho de 2018 incluía duas reservas, relativas a ausência de informação que nos permitisse concluir sobre a provisão para garantias e sobre o impacto estimado da aplicação da IFRS 15. Estas matérias foram resolvidas, sem impacto nas demonstrações financeiras do ano findo em 30 de abril de 2019, bem como da informação comparativa correspondente.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de julho de 2019

**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Luís David Guimarães da Silva (ROC n.º 1656)